

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

debates@grupofolha.com.br www.folha.com/tendencias

Democratizar o crédito já

GUILHERME AFIF DOMINGOS E ROBERTO MANGABEIRA UNGER

Tramita no Congresso Nacional um projeto que altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, para viabilizar a Empresa Simples de Crédito. Propõe medida revolucionária para democratizar o crédito a serviço da produção e lançar novo ciclo de desenvolvimento, liderado pelas médias e pequenas empresas e financiado pelas poupanças do povo brasileiro. O projeto merece apoio de todas as correntes políticas.

No Brasil ninguém pode legalmente emprestar a juro seu próprio dinheiro para outro. O produtor tem de buscar um banco para obter crédito. O banco costuma só dar prata a quem tem ouro. Os agentes mais importantes de nossa economia — as pequenas e médias empresas — ficam à margem do crédito de que precisam para produzir.

Grande parte da poupança do país não encontra vazão produtiva. Os bancos permanecem no gozo de um monopólio, agravado pelo desaparecimento das pequenas casas bancárias de antigamente. Tratam quem não for produtor gráudo com desconfiança. Ganham dinheiro fácil com a rolagem da dívida pública. O juro permanece alto e a produção, deprimida.

Uma medida singela pode iniciar transformação profunda. O projeto que está no Congresso facilita a organização de Empresas Simples de Crédito. Qualquer um que se estabeleça poderá emprestar, sem burocracia, seus próprios recursos para outros que queiram produzir.

Como o empreendedor não pode captar recursos — só deve usar os seus —, a regulação pode ser leve. Basta transmitir mensalmente escrituração ao Sistema Público de Escrituração Digital para que se possa comprovar que a Empresa Simples de Crédito faz o que deve — atuar na comunidade a serviço da produção — e evita o que não deve — captar poupança alheia. A melhor disciplina será a concorrência.

Trata-se de um vale “ovo de Colombo”: faz muito com pouco. A prioridade nacional hoje é voltar a crescer com inclusão. Para isto, precisamos passar da democratização da demanda para a democratização da oferta: o acesso às oportunidades, às capacitações e aos recursos da produção, inclusive o crédito.

Para democratizar a demanda, basta dinheiro. Para democratizar a oferta, é preciso inovar nas instituições econômicas — e isso não exige planos mirabolantes.

Começa com ações práticas como o projeto em tramitação no Congresso, capazes de produzir grandes efeitos. Afinal, o que está em jogo nessa proposta não é apenas democratizar o crédito; é democratizar o dinheiro, já que dar crédito equivale a fazer moeda.

Por que, quando debatemos a expansão do crédito para estimular o



Por que não derrubamos a barreira que impede a poupança de financiar a produção? Essa proibição reflete puro preconceito

crescimento, a primeira medida que nos ocorre é provocar os bancos públicos e privados a emprestar mais? Empréstamos aos mesmos de sempre. Por que não derrubamos a barreira que impede a poupança de financiar amplamente a produção?

Essa proibição reflete puro preconceito ideológico da esquerda tradicional e da direita tradicional. A esquerda quer só humanizar a economia de mercado com políticas sociais — isso quando desiste de substituí-la.

A direita confunde as economias de mercado que existem, carcomidas por privilégios, com o ideal da iniciativa descentralizada. O preconceito casa com o interesse — nesse caso, dos que se beneficiam com a perpetuação do cartel financeiro. Na história dos maiores países, a democratização das finanças foi esteio de construção nacional.

Os Estados Unidos, que a partir da terceira década do século 19 desenvolveram sistema financeiro radicalmente descentralizado, volta para a produção, são um exemplo. Chegou a vez do Brasil.

GUILHERME AFIF DOMINGOS, 72, é presidente do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)

ROBERTO MANGABEIRA UNGER, 68, é professor na Universidade de Harvard

Não podemos matar o Brasil

AMILCARE DALLEVO JUNIOR

Brasileiro adora ver o circo pegar fogo. Às vezes se esquece de que está dentro do circo. Não podemos matar a certeza de um país melhor

um regime ditatorial que durou duas décadas.

Os corruptos com certeza devem ser presos e cumprir suas penas, embora valha a leitura a esse respeito do artigo publicado nesta semana por José Renato Nalini, presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo. Para curar um paciente com câncer, temos que usar de todos os remédios, só não vale matar o paciente.

Hoje, temos que aproveitar a onda de moralidade que o Brasil vive para o levamos a um estágio melhor, sem corrupção, onde os brasileiros possam ter liberdade, saúde, segurança e educação das melhores do mundo, como deveria ser numa economia que está entre as dez maiores do planeta.

Só não podemos matar o Brasil,

não podemos matar o espírito empreendedor do brasileiro, não podemos matar nossa indústria de base, nossa indústria de bens de consumo, nosso sistema financeiro, nossas exportações e, principalmente, nossas instituições.

Não podemos deixar que nossos talentos científicos, tecnológicos e empresariais criem que o melhor é pegar os filhos e irem morar em Miami ou na Inglaterra.

Enfim, não podemos matar a nossa certeza de que o Brasil, junto com seu povo, é mais forte do que a crise, e que é um lugar onde vale a pena investir, gerando empregos e criando riquezas.

Quero muito neste mês de Natal que os brasileiros possam acessar a internet e que a soma vetorial dos comentários leve a mensagens de esperança, otimismo, luta e certeza de um país melhor, pois, afinal de contas, estamos todos dentro do circo.

AMILCARE DALLEVO JUNIOR, 58, é engenheiro elétrico, jornalista, e presidente da RedeTV!

PAINEL DO LEITOR

A seção recebe mensagens pelo e-mail leitor@grupofolha.com.br, pelo fax (11) 3223-1644 e no endereço al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos.

Brasil em crise

A presidente não cumpriu as promessas de campanha e tenta esconder os péssimos resultados financeiros de sua desastrosa administração. Agora terá que explicar a origem dos recursos para a campanha, após delatores afirmarem que havia dinheiro desviado da Petrobras financiando o PT. O enrosco é grande e a guerra já foi declarada. O povo, que se encontra combalido, espera que as batalhas sejam poucas e que as consequências sejam minimizadas nas esferas social e econômica.

JOSÉ CARLOS DA COSTA (Belo Horizonte, MG)



A escolha do dia 13/12 para declarar apoio ao impeachment da presidente Dilma não foi uma boa referência, pois há 47 anos, nesse mesmo dia, foi baixado pelo presidente Costa e Silva o AI5, um golpe dentro do golpe, que deu início aos anos de chumbo (“A rua e o mandato de Dilma”, “Poder”, 6/12). Terá mesmo sido descuido dos manifestantes?

EDUARDO A. IASBECK (São Paulo, SP)



Na briga entre os bandidos do PMDB e os bandidos do PT, quem leva tiro é o cidadão. Para o bem do país, Eduardo Cunha e Dilma Rousseff deveriam renunciar imediatamente e evitar a destruição total da nação, em função de sua mediocridade e falta de credibilidade. Seria o mais importante gesto de suas vidas.

ANDRÉ COUTINHO (Campinas, SP)



Em que planeta vive Fernando Morais ao colocar Dilma no patamar dos inocentes, como uma Joana D’arc a ser queimada viva no impeachment (“O dia da infância”, Tendências/Debates, 6/12)? E o estelionato da campanha eleitoral, a Petrobras, o achaque às construtoras para a sua campanha, as pedaladas fiscais e o desperdício do dinheiro público?

ANTONIO CARLOS DE LIMA (São Paulo, SP)



Congratulações ao escritor Fernando Morais pela lucidez com que enunciou em seu artigo que “Dilma sairá maior dessa guerra, mais uma entre tantas que enfrentou, sem jamais ter se ajoelhado diante de seus algozes”. Basta de gangsterismo!

ARLINDO BELLO DE OLIVEIRA (São Paulo, SP)



Estamos em uma situação delicada. A economia em frangalhos, o desemprego. Entretanto, a solução que estão aventando — tirar a presidente do lugar que alcançou pelo voto — demonstra o quanto estamos ainda mais perdidos.

MARCOS BARBOSA (Casa Branca, SP)



O país está conflagrado e o Congresso está pensando em recesso? Será mais uma prova de sua inutilidade!

LUIZ DALPIAN (Santo André, SP)

CBF

Essa costumeira política de antecessor “fazer” o sucessor precisa ter um fim (“Corte & costura”, “Esporte”, 5/12). Alternância no poder é necessária. Se o sucessor vier a ser aquele que está sendo feito por Del Nero, os presidentes das federações votantes estarão dando uma demonstração cabal de que as coisas mal feitas devem continuar mal feitas.

PEDRO LUÍS VERGUEIRO (São Paulo, SP)

» LEIA MAIS CARTAS NO SITE DA FOLHA - www.folha.com.br/paineldoleitor

» SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: saa@grupofolha.com.br 0800-775-8080 Grande São Paulo: (11) 3224-3090

» OMBUDSMAN: ombudsman@grupofolha.com.br 0800-015-9000

Marília Pêra

O Brasil tinha apenas uma diva. E ela se foi... (“Vítima de câncer, Marília Pêra morre aos 72, no Rio”, “Ilustrada”, 6/12)

WALTER NEVES (São Paulo, SP)

Reorganização escolar

Respeito a opinião de Neca Setubal a respeito da participação dos jovens na luta pelo que acreditam ser o melhor para a educação pública (“Jovens dão aula de cidadania”, Tendências/Debates, 6/12). No entanto, discordo quanto à motivação. A base democrática pela qual se sustentam é frágil, formada por anos de um currículo atrasado e retrógrado nas salas de aula e uma incógnita quanto aos seus direitos e deveres na sociedade. É exatamente essa brecha que os grupos organizados e movimentos que lhes prestam apoio precisam para o confronto político que não são capazes de travar sozinhos.

MARCO ANTONIO FELIX (São Paulo, SP)



Está equivocada a nota publicada no PAINEL (“Poder”, 5/12) que afirma que o professor Herman Voorwald deveria fazer uma experiência em uma única escola antes de propor a reorganização. A rede estadual já possui 1.500 escolas de ciclo único, a principal mudança proposta. Pesquisas indicam que alunos destas escolas têm desempenho 28,5% superior às unidades com mais ciclos. Também é preciso esclarecer que, mesmo com problemas de saúde, Voorwald conduziu a proposta de reorganização e seu trabalho na Secretaria de Educação.

VINÍCIUS TRALDI, assessor de imprensa do Governo do Estado de São Paulo (São Paulo, SP)

Transplantes

O professor Silvano Raia propõe parceria público-privada para incrementar os transplantes de intestino/multivisceral entre três hospitais privados e dois públicos, sendo três na cidade de São Paulo e um no Rio Grande do Sul (“Parcerias para potencializar transplantes”, Tendências/Debates, 29/10). O Hospital de Base de São José do Rio Preto e outros centros de transplantes também capacitados poderiam participar dessa parceria, tornando mais equânime a distribuição dos transplantes entre os serviços públicos e privados para os pacientes do SUS.

RENATO SILVA, cirurgião de transplantes

MARIO ABBUD, coordenador do Centro de Transplantes de Órgãos e Tecidos (Cintrans)

HORÁCIO RAMALHO, diretor da Fundação Faculdade Regional de Medicina (Funfarme)

DULCIMAR DE SOUZA, diretor da Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto (Famerp)

Surrealismo

O artigo publicado por Gabriel Galípolo e Luiz Gonzaga Belluzzo (“Acobertar as despesas com juros serve a uma minoria de predadores”, “Mercado”, 5/12) foi escrito por Luiz Galípolo e Gabriel Belluzzo em homenagem ao manifesto surrealista de André Bréton. Diz Bréton: “o positivismo, desde Santo Tomás a Anatole France, me parece hostil a todo tipo de elevação moral e intelectual. Tenho horror por considerá-la resultado da mediocridade, do ódio e de vazios sentimentos de autossuficiência. Esta atitude engendrou livros ridículos e obras teatrais insultantes. Se alimenta incessantemente de notícias jornalísticas, atraiçoa a ciência e a arte, ao agrilhoar o público a seus gostos mais rasteiros.”

LUIZ GONZAGA BELLUZZO (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@grupofolha.com.br

MUNDO (4.DEZ, PÁG. A18) O segundo parágrafo do texto “Governos pressionam Maduro por lisura” mencionava ameaças do presidente

da Venezuela de “não resistir” a uma eventual derrota governista na eleição deste domingo (6). O correto é “ameaças de resistir”.